



O DIREITO À INDIGNAÇÃO E O COMPROMISSO DA DISCIPLINA

Há uma pergunta que se impõe antes de tudo: “- é legítimo ou não aspirar a um melhor padrão da nossa condição de vida?...”

Se a resposta for o sim, de um modo simplista, basta definir o caminho para o conseguir. Pode no entanto esse caminho ter de evoluir em terrenos mais ou menos sinuosos e deparar com mais ou menos barreiras. Desaguar em zonas de impasse e mesmo encontrar pela frente a oposição mais determinada, o silêncio mais demolidor, a indiferença mais atroz... Vamos por isso ignorar a legitimidade dos nossos anseios? Calar a acidez da nossa angústia. Oprimir dentro de nós a razão dos nossos direitos?...

A resposta, evidentemente, é não!

Ser militar não pode significar a castração do direito natural a aspirar melhor. A deixar crescer na retina do nosso olhar o brilho natural dos sonhos de igualdade e de bem estar que um dia ousámos conceber também ao nosso alcance.

Ser militar tem de ser, hoje em dia, a assunção de acreditar que, para além da rara e nobre missão que nos cabe de defender a integridade da pátria que nos viu nascer, comporta igualmente a não menos nobre missão de nos respeitarmos enquanto homens e cidadãos de pleno direito, e assim considerarmos de igual elevação a paridade de direitos que devemos partilhar com toda a população de que emanamos.

--- o O o ---



Dito isto, falemos de factos!

Tem-se vivido, nos últimos meses, um período em que os boatos têm sido difundidos por todas as unidades militares com uma amplitude e uma frequência de que não há memória.

Esta onda de boatos não é de todo, nem inocente nem ingénua. Surge num período de grande dinamização associativa e, simultaneamente, quando importantes documentos legislativos estão em sede de alteração e mesmo em fase terminal.

Não é ingénua nem inocente porque visa, numa primeira fase criar expectativas que depois não se vêm a concretizar, gerando assim um sentimento de frustração nuns e uma justa indignação em quase todos, para, numa segunda fase, e aproveitando os sentimentos existentes, procurar empurrar a ANS para situações aventureiristas e radicais que a conduzam à derrota, e por força de razão, ao descrédito, quer junto dos Sargentos quer dos órgãos do poder.

A ANS, consciente das suas responsabilidades, tudo tem feito para dar combate a esta vaga de boatos, mas convenhamos, tem sido difícil!

Por um lado, porque, apesar dos males que provoca à instituição militar, temos sido uma voz quase totalmente isolada no combate. Por outro, porque ainda um boato não foi derrotado, já outros surgem com intensidade, argumentos e trama renovados, tornando este combate profundamente desigual e desgastante.

Desenganem-se porém o seus autores, produtores e intérpretes pois à impaciência e ao desespero nunca nos levarão. Podemos nos cansar mas não desistiremos do combate, porque exaustos, nunca!

--- o O o ---

É hoje em dia quase desnecessário e redundante falar na degradação dos vencimentos dos militares. É quase mesmo um pleonasmio juntar numa só frase estes dois termos: "vencimentos" e "degradação"!

E se ainda a eles juntarmos esse termo tão mal-querido por uns, quanto incómodo para outros que é o de "militares", é como se construíssemos uma frase maldita, da qual os responsáveis apenas entrevêm o espectro ameaçador do poder reivindicativo e os políticos, em geral, a incapacidade total de justificarem perante si e o seu eleitorado a grande incomodidade que é os militares serem também pessoas.

O problema é que são mesmo!



Mas se ainda a isto acrescentarmos a precariedade das nossas carreiras, a indefinição do nosso futuro, a irregularidade das perspectivas que garantam um percurso aliciante e consistente nos trinta ou mais anos de vida que fielmente dedicamos à instituição militar, à família militar e à pátria... Se a tudo isto acrescentarmos o vazio que sentimos, a desmotivação que nos consome, a incómoda indiferença que nos amarrota a farda outrora garbosa e aprumada e nos ofusca o brilho dos nossos dourados, antes reluzentes... teremos certamente de nós próprios uma imagem deformada e decadente que decididamente não cabe no conceito que queremos manter e desenvolver de cidadãos de pleno direito. Cidadãos orgulhosos da sua escolha. Cidadãos em uniforme, mas em uniforme digno do seu nome e da carreira que todos queremos ver dignificada.

É certo, e seríamos de todo injustos se o negássemos linearmente, que alguma coisa está já feita em matéria de medidas estatutárias, mas o seu alcance é tão ténue, a ousadia de avançar é tão escassa e sobretudo a capacidade para ouvir tão ineficaz e voluntariamente distorcida que nos fica este amargo de nos sentirmos mais uma vez relegados para um plano que recusamos merecer e que injustamente teima em nos colocar na situação de irresponsáveis e incapazes que de todo não aceitamos!

Quando sentimos avançar sobre nós a máscara da desinformação e do boato. A teia da falsidade e da mentira repetida até que a exaustão a converta em verdade. A sibilina e traiçoeira encenação do diálogo arditamente envenenado que se insinua no diáfano manto da boa-fé manipulada... Que outra coisa nos resta que não o direito à indignação. Reside nesta figura de estilo, talvez, a última oportunidade de nos podermos sentir revoltados com dignidade.

--- o O o ---

Voltemos agora ao mundo do concreto e afastemo-nos desta linguagem um pouco metafórica que adoptámos, talvez, para nos indignarmos dum modo cortês e civilizado.

Voltemos, por exemplo à questão do EMFAR e a toda a encenação que rodeou a sua revisão. Será possível que em todo este processo ninguém teve o bom senso de considerar a hipótese de poder contar com o contributo de quem, nas diversas categorias por ele abrangido, iria ser o alvo da suas medidas?... É certo que, a nível dos ramos, foram constituídos grupos de trabalho para produzirem as partes específicas e trabalharem em conjunto na parte comum do documento.

Mas... sejamos honestos! Que conceito supremo presidiu à constituição destes grupos de trabalho que apenas integraram oficiais nomeados pelas chefias dos ramos?... Que fique claro que nada nos opõe a esta



categoria, e natural será que emitam também a sua opinião enquanto parte integrante do processo, mas o que é certo é que o Estatuto regula a vida profissional de *Oficiais, Sargentos e Praças*. Nada mais! Tão só a vida profissional! Que atestado de incapacidade é este que considera um restrito grupo de *Oficiais*, representantes apenas dos ramos, como tendo o direito e o mérito único de poder decidir o que convém ou não à vida profissional de todos os militares, ainda que em conjugação com as necessidades e imperativos da própria instituição e condição militar?...

Será que ninguém mais tem o direito de opinar e sugerir? De contribuir e enriquecer o conteúdo do documento com o seu próprio ponto de vista?

Ah! Dir-nos-ão... mas o Ministério até recebeu as *Associações de Militares* para ouvir as suas opiniões!... Só que não nos facultou o projecto em estudo, deixando-nos assim a ingrata e absurda tarefa de opinarmos sobre nada, quando já tudo estava decidido. Nasceu assim uma nova forma de consulta: - a Ouvição!

Porque de *audição* não se tratou!...

E depois, foi o que se viu! O documento assinado numa semana pelo Conselho de Ministros teve de voltar a ser assinado pelo mesmo Conselho de Ministros depois de lhe ser introduzida uma alteração tão óbvia que teria sido desnecessária se o documento tivesse sido alvo da contribuição honesta e imprescindível de todas as categorias, quer nas suas estruturas consultivas ao nível dos ramos, quer na sua componente associativa.

Tão óbvio e tão elementar que choca até admitir o contrário!...

--- o O o ---

Mas atentemos bem que nesta matéria do EMFAR entroncam duas questões importantíssimas, as quais vêm gerando um crescente mal-estar e uma febre de desmotivação, capazes, por si só de vir a gerar situações delicadas e imprevisíveis, fruto dum sentimento de frustração e impotência perante o causticar da ausência de soluções.

O problema do retrocesso funcional na categoria de Sargento, com uma cada vez menos imprecisa definição das funções e tarefas inerentes a cada posto, deixando, muito principalmente na Armada e na Força Aérea, campo de manobra suficiente para a aplicação do malfadado princípio da multi-funcionalidade..... tão do agrado dos tecnocratas ao serviço do poder, faz-nos temer que em tempo de vacas magras, ou seja, de falta de efectivos suficientes na categoria de Praças, as tarefas a elas destinadas possam ser, a coberto duma interpretação perigosa e abusiva do EMFAR, atribuídas aos Sargentos, empurrando-os assim para situações



inadmissíveis de desqualificação e retrocesso, princípio a que igualmente os próprios Oficiais, irão estar também sujeitos quando os Sargentos começarem a escassear.

Será um modo flexível e fácil de gerir o pessoal mas não pode deixar de ser combatido pela carga de desrespeito que comporta face ao direito que cada profissional tem de se sentir um trabalhador qualificado e não um mero instrumento de utilidade generalista. Não contando com o que de pernicioso e negativo pode ter para o rigor da disciplina e da hierarquia, desvirtuando funções, confundindo tarefas, esvaziando responsabilidades.

--- o O o ---

Por outro lado, a progressão nas carreiras, factor essencial para a motivação de qualquer profissional, continua a não estar acutelada, pese embora algumas tímidas tentativas de contribuir para a resolução do problema. A realidade, no entanto, é desastrosa. O panorama quase caótico. As perspectivas praticamente nulas. Julga-se desnecessário, talvez, porque aviltante para os próprios, desenhar o eterno quadro duma carreira que se desenvolve em muitos casos, entre segundo e primeiro-sargento e neste posto aguardar paciente e doentamente o somar dos anos para a passagem à reserva. Assim como se fosse igualmente natural e admissível a carreira dum Oficial, oriundo das Academias, morrer em tenente, quiçá capitão.

Triste de quem consegue dormir descansado com os seus homens a definharem anos a fio na dignificante carreira de primeiro-sargento vitalício!

Tão óbvio e tão elementar que choca até admitir o contrário!...

--- o O o ---

Mas abordemos agora a questão do Sistema Retributivo e convenhamos que não há má vontade da nossa parte, mas o Senhor Ministro teima em dar-nos razões de sobra para brilharmos, passe a falsa modéstia, pois que em cada declaração, em cada silêncio, é como se fizesse questão em nos dar trunfos neste jogo viciado dos avanços e dos recuos. Estamos até a admitir a hipótese de admitir o Senhor Ministro como Sócio Honorário da ANS, tantos os serviços que nos tem prestado no esforço de dar razão ao nosso descontentamento. Preferíamos, porém, não ter razões para criticar o Senhor Ministro. E o Senhor Ministro pode ter a certeza disso. Mas quem iniciou esta rábula dos vencimentos dos militares, até nem fomos nós, pois sabemos quão ingrato é reivindicar mais dinheiro, melhores salários e quão fácil seria então acusarem-nos de nos movermos



apenas pelo vil metal, quando as nossas preocupações vão muito para além desta matéria, sem dela prescindirmos, como é evidente.

A questão do Sistema Retributivo surgiu logo após a entrada em funções das novas chefias e colheu as melhores referências do Senhor Ministro da Defesa Nacional. Passou então o Senhor Ministro a desdobrar-se em declarações e conferências de imprensa em que prometia e defendia novos vencimentos para os militares. E os prazos foram sendo avançados.

Escusamo-nos agora, aqui, de voltar à saga das propostas avançadas e retiradas, dos grupos de trabalho, mais uma vez apenas constituídos pela iluminada elite de eleitos para a discussão do problema, passamos igualmente por cima de certos princípios que consideramos errados para a abordagem da discussão desta matéria, admitimos até que algumas das propostas por nós avançadas tiveram algum acolhimento e pela primeira vez conseguimos romper o muro autista que se levantava. Não vamos agora discutir sequer a justeza dos números, o rigor dos índices, a lonjura dos escalões. Sobre isso temo-nos já debruçado noutras alturas, adiantando as medidas que julgamos imprescindíveis e essenciais para uma maior justiça do Sistema Retributivo.

Quedemo-nos apenas no cumprimento da palavra. No rigor das promessas. No peso do compromisso.

O Senhor Ministro não imagina, talvez, o quanto enfraquece as chefias, que um dia empenharam a sua palavra para poderem dizer que ainda são capazes de cuidar do seu pessoal. Que ainda acreditam que o bem-estar dos militares em geral passa pela sua (in)capacidade de exigirem o que lhes é de direito. Que se consomem em esforços e promessas, para cada dia que passa se reverem cada vez menos patronos, cada vez mais funcionários do poder.

E que não restem dúvidas que nada disto nos regozija. Antes pelo contrário. Entristece-nos e preocupa-nos. Porque do enfraquecimento das chefias não resulta senão o enfraquecimento dos militares. Mas também nos cria defesas eficientes para cada nova promessa ou declaração do Senhor Ministro. Porque duma coisa estamos certos: - não adianta prometer!

A degradação da massa salarial dos militares já nem tem equiparação com nada nem com ninguém. Todos lhe passaram à frente. As próprias Forças de Segurança, com todo o respeito que nos merecem, olhamos de soslaio, adiantados que estão nas suas conquistas e confiantes nas negociações que já se avizinham. Os militares sentem até já uma certa vergonha em revelar o quanto (não) ganham. E embora conscientes que muitos há, ainda, pior do que eles, não podem permitir que tal situação seja escamoteada, esquecida ou ignorada! O Senhor Ministro tem de se decidir. Ou avança ou não avança com a proposta que lhe foi presente. Ou acredita ou não acredita! Ou defende ou não defende! Ou se assume ou não se assume! E isto porque corremos o risco de



nos esquecermos que temos Ministro ou do Senhor Ministro não acreditar que tem Forças Armadas, não passando esta questão da revisão do Sistema Retributivo de mais uma divagação com origem na fértil e febril imaginação dum Ministro que se esqueceu do seu Ministério.

Mas pode acreditar, Senhor Ministro, que as Forças Armadas existem. Porque somos nós! Não sabemos é se o Senhor Ministro alguma vez reparou que tudo isto envolve pessoas. Que também somos nós!

Ah! É verdade, também quanto a esta matéria fomos ouvidos pelo Ministério. Mais uma Ouvição! Ainda hoje nos perguntamos qual o objectivo!?... Decididamente não acreditamos no falar pelo falar e este tipo de reunião, não nos convencendo a nós, ANS, não convence também o Senhor Ministro e os seus assessores, com certeza, porque convenhamos, chamarem-nos para nos dizerem nada e para nada ouvirem...

Tão óbvio e tão elementar que choca até admitir o contrário!...

--- o O o ---

É neste enredo repleto de tramas, encenações e algum suspense, com alguns contornos de surrealismo e mesmo alguns laivos de ardilosas e encapotadas armadilhas que os militares têm de se enquadrar e saber distinguir o essencial do acessório. A crítica construtiva da difamação. A verdade da mentira. A indignação da insubordinação. A disciplina do incontornável direito de se respeitar antes de mais a si próprio!

Tudo temos feito para que o Governo possa decidir sem os constrangimentos inerentes a manifestações públicas e mediáticas da indignação que hoje já ninguém consegue nem disfarçar nem aliviar.

Os sargentos são homens disciplinados e disciplinadores que têm um compromisso de honra com a disciplina. Mas porque são homens de honra, não podem deixar de estar indignados e descontentes com o curso dos acontecimentos. Não podem deixar de defender a sua honra no compromisso da disciplina, factor essencial da sua própria verticalidade. E aqui reside o grande desafio de encontrar o justo equilíbrio sem prostituir a dignidade que lhes é inerente.

Os sargentos dos três ramos das Forças Armadas saberão encontrar o caminho certo na encruzilhada em que se encontram!

A Direcção